

Amapá (Brasil) e Guiana Francesa (França): definindo o corredor transfronteiriço¹

José Alberto Tostes¹ e José Francisco de Carvalho Ferreira²

1 Doutor em História e Teoria da Arquitetura. Pós-Doutor em Estudos Urbanos Regionais pela Universidade de Coimbra. Docente na UNIFAP. E-mail: tostes.j@hotmail.com

2 Doutor em Geografia e Planejamento Territorial. Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional (UNIFAP). Professor de Geografia na UNIFAP. E-mail: zfcofer@gmail.com

RESUMO: Os territórios de fronteira são, ao mesmo tempo, espaços de múltiplas características, natureza diferenciada e alta complexidade e espaços de contato e articulação, de encontro e cooperação. Tratados, por muito tempo, como lugares periféricos, eles têm sido assumidos como espaços estratégicos. Neste contexto, este artigo propõe o Corredor Transfronteiriço como um eixo que permite uma nova leitura da interação e integração do Amapá (Brasil) com a Guiana Francesa (França), dois territórios de fronteira. O artigo define e apresenta o conceito de Corredor Transfronteiriço, oferecendo o entendimento de um espaço no qual se materializam e potenciam diversas sinergias que já existem e ou podem existir no futuro próximo, aproximando e integrando estes dois territórios.

Palavras-Chave: Corredor Transfronteiriço; integração; territórios de Fronteira; Amapá; Guiana Francesa.

Amapá (Brazil) and French Guyana (France): defining the transboundary corridor

ABSTRACT: Cross-border territories are, at same time, multi-characteristics spaces, diverse nature and high complexity and contact and articulation, holding and cooperation spaces. Treated, for a long time, as peripheral places, they have been assumed as strategic ones. In this context, this article proposes the *Transboundary Corridor* as an axis that allows a new reading of the interaction and integration of Amapá (Brazil) with French Guyana (France), two border territories. The article define and introduce the concept of Transboundary Corridor, providing the understanding of a space in which materialize and enhance many synergies that already exist and or may exist in the near future, approaching and integrating these two territories.

Keywords: Transboundary Corridor; integration; border territories; Amapá; French Guyana

1 INTRODUÇÃO

Localizados no mesmo continente a Guiana Francesa e o Brasil nem sempre tiveram as melhores relações. Com 655 km de fronteira, e depois de quase 100 anos de isolamento e indiferença, só na década de 1990 suas relações começaram a intensificar-se e a materializar-se, com novas perspectivas de interação e integração, que, pela primeira vez, incluiria a zona de fronteira nessa nova dimensão.

¹ A pesquisa para este trabalho foi financiada por bolsa do PNDP-CAPES.

Este artigo propõe uma leitura integrada destes dois territórios, partindo de suas interações e integração, à luz do que se denominou de Corredor Transfronteiriço, visto aqui como um espaço no qual estas possibilidades se materializam e potencializam as diversas sinergias que já existem e ou podem existir no futuro próximo, aproximando, de fato, estes dois territórios.

O artigo está disposto da seguinte forma: no primeiro item se considera o Amapá e a Guiana Francesa como territórios periféricos na América do Sul e faz-se uma breve caracterização, considerando-os em relação ao país de que fazem parte. No segundo item, define-se o Corredor Transfronteiriço. No terceiro, reflete-se sobre a interação e integração entre estes dois territórios, partindo do contexto dos diálogos institucionais, sem esquecer a interação, entraves e conflitos neste processo de integração, que acaba por condicionar o processo de desenvolvimento regional, terminando com os cenários para uma integração efetiva. O artigo finaliza com as considerações finais e com as referências.

2 O AMAPÁ (BR) E A GUIANA FRANCESA (FR): DOIS TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS NA AMÉRICA DO SUL

A Guiana Francesa (Departamento Ultramarino Francês) e o Estado do Amapá (Brasil) estão situados ao Nordeste da América do Sul (Mapa 1), e, junto com o Suriname, a República Cooperativa da Guiana e o Sul da Venezuela, formam o Platô das Guianas. Os dois territórios partilham uma fronteira comum de 665 km, dos quais 360 são constituídos pelo rio Oiapoque (BEAUDOUIN, RIEUBLANC; BOYER, 2011).

Mapa 1 – Localização do Amapá e Guiana Francesa



Fonte: MMA (2016). Arcgis 10.0.

2.1 As principais características do Amapá e da Guiana Francesa

O Amapá estende-se sobre uma área de 142.815 km², correspondendo a 1,67% da superfície brasileira, sendo considerado um dos menores estados e o menos povoado. Está situado na região Norte do Brasil, fazendo limite, a norte, com a Guiana Francesa, a noroeste, com o Suriname, a oeste e sul, com o Pará e, a leste, com Oceano Atlântico.

Possui 75% de sua área coberta pela floresta amazônica (op. cit.), sendo conhecido como o estado mais preservado do Brasil, dado que desta área apenas 1% foi urbanizada ou devastada. Vale salientar também que 72% de seu território é constituído por áreas de preservação – Unidades de Conservação e Territórios Indígenas (PORTO, 2010; SUPERTI; SILVA, 2015).

O estado do Amapá encontra-se dividido em 16 municípios e, de acordo com estimativa do IBGE (2016), em 2015, tinha uma população estimada em 766.679 habitantes, representando 0,37% da população do país. É importante destacar que, deste total, cerca de 60% se concentra na capital, Macapá. Possui em sua cultura a diversidade encontrada na região Norte e Nordeste por meio da migração vinda de tais regiões, havendo também influência cultural por parte da Guiana Francesa (TOSTES, 2011).

O Amapá possui baixa relevância em termos econômicos no conjunto nacional. O setor industrial, extrativista e agrícola do estado é pouco explorado, sendo que a base das atividades econômicas está dependente dos setores comercial e público. De acordo com Beaudouin, Rieubanc e Boyer (2011) as atividades industriais representam apenas 4,2% do PIB do estado. Destes 1,6% são das indústrias extrativistas e 2,6% das indústrias de transformação.

No estado existe um grande potencial hídrico, dispondo de variadas possibilidades na integração econômica por meio deste. No setor energético considere-se, por exemplo, a construção de três novas hidrelétricas: Ferreira Gomes, Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão (e ampliação da Hidrelétrica Coaracy Nunes), que contribuirão para o desligamento de termoeletricas e exportação de energia para outros estados brasileiros e países vizinhos, onde se enquadra a Guiana Francesa (SOEIRO, 2012).

Ainda a respeito da energia, Beaudouin, Rieubanc e Boyer (2011, p.7) assinalam a possibilidade de ambos desenvolverem com sucesso a exploração de energias renováveis (a biomassa, a hidroeletricidade e, em menor proporção, o eólico e o solar), podendo estas “(...) constituir um verdadeiro vetor de organização do território e gerar uma cadeia produtiva de valor agregado (...)”.

Refletindo sobre o Amapá, Porto (2010) evidencia que este tem uma configuração peculiar pelo fato de ser um espaço amazônico, fazer fronteira com a União Europeia (UE), através da Guiana Francesa, e possuir um forte apelo geopolítico, militar e econômico no Norte da América do Sul, sob o discurso da defesa nacional (SUPERTI; SILVA, 2015).

A Guiana Francesa, com nome oficial Departamento Francês do Ultramar, tem uma

superfície de 83.534 km², cerca de 15% do território francês, tornando-a a maior região francesa. Está situada na América do Sul, sendo limitada, a norte, pelo Oceano Atlântico, a leste e sul, pelo estado do Amapá, a oeste, pelo Suriname.

O único limite entre a Guiana e o Brasil é o rio Oiapoque. O Departamento faz parte da Amazônia Legal, possuindo cerca de 95% de seu território coberto por floresta (BEAUDOUIN, RIEUBLANC; BOYER, 2011). Possui 22 cidades e vilas, apresentando uma população estimada, em 2015, de 268.606 (UNITED NATIONS, 2016), representando 0,42% da população da França, sendo que entre 25% a 30% se concentra na capital, Caiena.

Na estrutura social guianense é notória a miscigenação cultural. A presença de características caribenha, francesa e sul-americanas são comuns no Departamento, oriundas do processo de colonização e de grandes fluxos migratórios. A este respeito, Granger (2008) salienta que sua população é oficialmente composta por 40% de estrangeiros.

A Guiana Francesa apresenta baixa representatividade econômica para a França. Tem na distribuição do valor agregado, a predominância do setor secundário, estendido às atividades extrativistas. De acordo com Beaudouin, Rieblanc e Boyer (2011), o setor industrial representa 11,4% do seu PIB, revelando que há maiores investimentos neste setor do que no estado do Amapá.

Em questões de natureza energética, a Guiana Francesa apresenta diversas disparidades e fragilidades. Segundo Ndoung et al (s/d), entre 50% e 70% da energia consumida pelo Departamento é oriunda da barragem Petit-Saut, construída para obtenção de uma potência de 116 MW, sendo o restante produzido por centrais térmicas de querosene.

À semelhança do Amapá, possui portos em localizações estratégicas, embora estes apresentem um calado menor. Esta diferença impede a recepção de grandes navios, afetando, principalmente, a população da capital, Caiena, pois o processo de importação dos produtos é realizado em pequenos navios (LIMA, 2013).

Ambos os territórios possuem áreas de preservação, como é caso dos Parques Nacionais fronteiriços. Do lado amapaense, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, e, do lado guianense, o *Parc Amazonien de Guyane*. Segundo Fonseca (2008), por essa proximidade, entre as áreas de preservação, forma-se uma das maiores zonas terrestres protegidas do mundo.

Se considerarmos o IDH², em 2010, poderemos salientar que o valor do Amapá, 0,708, ocupa a 12ª posição entre os 27 estados do Brasil, se posicionando na faixa de desenvolvimento humano “alto” (0,700-0,799), de resto dentro da mesma do Brasil,

² O IDH é composto por 3 indicadores importantes: saúde, renda e educação. No primeiro, através da expectativa de vida, afere-se o grau de vida longa e saudável. No segundo, através do nível de renda *per capita*, afere-se o padrão de vida. No terceiro, através da escolaridade de população adulta e do fluxo escolar da população jovem, afere-se o acesso ao conhecimento. Pela formulação do IDH se avalia o processo de desenvolvimento de países e, no caso do Brasil, isso é possível ser feito nas três esferas administrativas: União, estados e municípios (PINTO, COSTA; MARQUES, 2013).

embora este com o valor de 0,727 (PINTO, COSTA e MARQUES, 2013). Já o IDH da Guiana se apresenta mais elevado do que o do Brasil e do Amapá, com 0,740, mas, mesmo assim, inferior ao da França continental, que, com o valor de 0,893, se posiciona na faixa “Muito Alto” (0,800-1,000) (IEDOM, 2016).

Apesar das mais diversas dificuldades que enfrentam, tanto o Amapá como a Guiana Francesa, e sem entrar em uma análise pormenorizada, que não vai ao encontro do teor deste trabalho, vale salientar que o Amapá, Brasil e Guiana estão na mesma faixa de desenvolvimento humano enquanto a França se encontra na faixa mais elevada deste índice.

2.2 Significado do Amapá para o Brasil

O Estado do Amapá, no contexto nacional, é visto por Porto (2010) na dupla condição de região periférico-estratégica (ver também SILVA; TRINDADE JÚNIOR, 2013). Assumindo-se a condição periferia, esta pode ter dois significados: algo que está ao redor, no entorno, ou atraso no processo de desenvolvimento, já que sofre com questões de natureza estrutural, política, econômica e ambiental. O estado do Amapá comporta os dois significados, dado que se encontra afastado do centro do país e apresenta grandes problemáticas (GRANGER, 2008; TOSTES, 2011).

O Amapá é isolado em relação ao restante do país, dada a presença da barreira natural amazônica (bacia e floresta), que impede a interligação rodoviária com o estado vizinho, o Pará (BEAUDOUIN, RIEUBLANC; BOYER, 2011). Com apenas ligações aéreas e fluviais, sua área de influência é limitada (GRANGER, 2008; SILVA, 2009; SANTOS, 2012).

Segundo Beaudouin, Rieublanc e Boyer (2011), o Amapá está na periferia geográfica e econômica do Brasil, opinião compartilhada por Silva (2013). Além disso, sua condição é de enorme dependência econômica do Governo Central, particularmente nos fluxos comerciais e nos seus apenas 9% da receita própria, sendo o restante colmatado pela União.

Sua economia revela um atraso em relação às médias nacionais. Em 2013, último ano de há registro, segundo documento que resulta do convênio entre a Secretaria de Estado do Planejamento-SEPLAN, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (GEA, 2015), o PIB/habitante no Amapá foi neste ano de R\$ 17.363. Sendo o PIB/habitante nacional de R\$ 26.445, o do Amapá corresponde a apenas 65,65% da média nacional. Do mesmo modo, a economia local é fortemente dependente do funcionalismo público e do setor terciário (CHELALA, 2008; BEAUDOUIN, RIEUBLANC; BOYER, 2011), constituindo uma economia débil e pouco diversificada.

2.3 Significado da Guiana Francesa para a França

A Guiana Francesa, no contexto europeu, é considerada uma Região Ultra periférica (RUP). O termo ultraperiferia foi utilizado, pela primeira vez, por iniciativa de auto-

ridades portuguesas, no Conselho Europeu de Rodes em 1987. Contudo, somente em 1992 (Tratado de Maastricht) foi reconhecido para referenciar territórios europeus que sofriam de um atraso estrutural, agravado por diversos fenômenos que prejudicavam o seu desenvolvimento econômico e social (SANTOS, 2013).

Segundo Santos (2013), esses territórios são caracterizados por grande afastamento geográfico do continente europeu. Por estarem em regiões distantes das grandes correntes de trocas comerciais, estas têm uma enorme dificuldade em tirar proveito do mercado interno da UE e de manter relações comerciais com países vizinhos que pertencem a áreas econômicas diferentes.

De acordo com a mesma autora, é a partir do Tratado de Amsterdam que se elaboraram ações e políticas públicas de caráter territorial por parte da UE, buscando diminuir as dificuldades econômicas e sociais presentes nas RUP, procurando inseri-las em seu ambiente regional³. No que diz respeito à Guiana Francesa, segundo Santos (2013), ainda se encontra em fase de recuperação do atraso que marca as RUP⁴.

À semelhança do Amapá, a economia da Guiana Francesa revela um atraso em relação à média nacional, desta feita mais significativo. Em 2013, segundo dados do IEDOM (2014), o PIB/habitante da Guiana Francesa era de €15.416, constituindo apenas 49,6% do PIB/habitante da metrópole, que era de €31.076. Segundo Beaudouin, Rieublanç e Boyer (2011), sua economia é marcada pela presença do Centro Espacial Guianês, predominando o setor dos serviços e o funcionalismo público, à semelhança do Amapá.

2.4 Amapá e Guiana Francesa no contexto sul-americano

A participação do estado do Amapá e da Guiana Francesa no cenário Sul-americano está muito mais pela possibilidade dos eventos futuros, do que propriamente pela condição atual. O Brasil está plenamente integrado nas diversas instituições sul-americanas, como no MERCOSUL, na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica-OTCA e na União das Nações Sul-Americanas-UNASUL (BEAUDOUIN, RIEUBLANC; BOYER, 2011).

No caso da Guiana, várias são as dificuldades para se integrar com os outros países da América do Sul. Uma delas é seu isolamento, já que na fronteira com Suriname é ligada por uma estrada que é acessível por transporte fluvial, e com o Brasil por uma ponte, que ainda não é utilizada. Além disso, as atividades econômicas da Guiana Francesa estão mais vinculadas à UE, aumentando seu isolamento (GRANGER, 2008).

No contexto sul americano, segundo Beaudouin, Rieublanç e Boyer (2011, p. 9), estes dois territórios sofrem um triplo isolamento, em razão de um meio natural difícil:

³ De acordo com Beaudouin, Rieublanç e Boyer (2011, p. 14), "O Estatuto de RUP reconhece as deficiências que sofrem certos territórios, devido a seu distanciamento do continente europeu, seu relevo e clima difíceis, assim como sua dependência a um certo número de produtos".

⁴ Sobre as RUP, em particular a Guiana Francesa, pode ler-se Santos (2013) e Silva et al (2016).

"[...] primeiro em relação aos Estados fronteiriços, segundo em relação ao poder central (a França Continental para a Guiana Francesa e o Distrito Federal para o Amapá), e em terceiro, em razão de uma circulação complicada".

Neste contexto de isolamento, o projeto da Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), fórum técnico para as questões relacionadas com o planejamento da integração física regional sul-americana da Infraestrutura Sul-Americana (<http://www.iirsa.org>; SILVA; RÜCKERT, 2009; SILVA, 2009; BEAUDOUIN, RIEUBLANC; BOYER, 2011), tem constituído uma tentativa de integração regional, com fortes investimentos nas infraestruturas de transporte, energia e comunicações no continente.

No entanto, enquanto o Amapá, como estado federado do Brasil, está integrado em sete eixos: Capricórnio (CAP), Hidrovia Paraguay-Paraná (HPP), Amazonas (AMA), Escudo das Guianas (GUY), Interoceânico Central (IOC), MERCOSUL-Chile (MCC) e Perú-Brasil-Bolívia (PBB), a Guiana Francesa está integrada apenas no eixo do Escudo das Guianas. Ainda assim, de acordo com Beaudouin, Rieublanc e Boyer (2011), a Guiana Francesa, embora durante muito tempo essencialmente voltada para a França continental, tem desenvolvido, cada vez mais, relações com os Estados vizinhos⁵.

No contexto da União Europeia, sendo a Guiana Francesa território francês, é ainda de se considerar dois importantes programas implementados pela UE com implicações neste Departamento e em suas relações com seus países limítrofes (integração regional): o INTERREG e o Plano Operacional Amazônia. O objetivo central destes dois programas foi financiar projetos que contribuam para a inserção regional da Guiana Francesa (BEAUDOUIN; RIEUBLANC; BOYER, 2011).

3 O CORREDOR TRANSFRONTEIRIÇO ENTRE O AMAPÁ E A GUIANA FRANCESA

Os territórios transfronteiriços são espaços de características multifacetadas e de natureza diversificada, associados a ambientes complexos. Em tempos marcados por nacionalismos e militarismos, diretamente ligados ao princípio da soberania territorial, na atualidade, essa concepção dá lugar à de espaços de contato e articulação, de encontro e cooperação, transição, interface, sinergia e ou comutação (PORTO; NASCIMENTO, 2010; PORTO; SILVA, 2010; WESLEY, 2012).

Em geral, como assinalado por Silva e Rückert (2009) e Granger (2008), trata-se de territórios complexos, com baixas densidades (populacionais, econômicas, sociais, de infraestrutura, culturais), apresentando-se fragmentados e periféricos, com desvantagens naturais, limitações de infraestruturas de transporte, falta de coerência na gestão dos ecossistemas transfronteiriços e mesmo exploração ilegal de trabalhado-

⁵ Segundo dados do IEDOM (2016), para o período de 2007-2013, a Guiana Francesa recebeu do PO Amazônia, que configura a vertente transfronteiriça dos programas europeus, a dotação financeira de 17,1 M€ milhões de euros, e no período 2014-2020 tem prevista a dotação de 18,9 M€ de euros, comportando duas vertentes: a componente transfronteiriça entre a Guiana, Suriname e o Amapá, com 14,1M€, e a componente transnacional entre a Guiana, o Suriname o Amapá, Pará e Amazonas e a Guyana com 4,8 M€. Beaudouin, Rieublanc e Boyer (2011) dão conta do Interreg "Caribe" com orçamento de aproximadamente 63 M€.

res. Por outro lado, são também territórios de alta sensibilidade geopolítica, onde acontece de tudo um pouco, como o contrabando de ouro e diamantes, biopirataria, grilagem de terras e desmatamento ilegal, narcotráfico, lavagem de dinheiro, vulnerabilidade da floresta, pobreza da população e localização próxima dos principais produtores de coca desafiando o poder do Estado-Nação e colocando sob ameaça a soberania brasileira, como é salientado por Nascimento e Couto (2010).

Neste contexto, é percebida uma dupla natureza ao Amapá pelo fato de ser tratado como periférico pelas elites locais regionais e pelos órgãos de planejamento federal, por um lado, e constituir, por outro, espaço estratégico por ser área de segurança nacional e geopoliticamente estratégica para a soberania nacional, opinião corroborada por vários autores como Porto (2010; 2013), Silva e Trindade Júnior (2013) e Superti e Silva (2015).

Em simultâneo, abrem-se oportunidades por uma localização privilegiada, quer pela abertura ao Atlântico (influência direta do Porto de Santana – e daí ao mundo inteiro), quer pela relação privilegiada com a Europa e o Caribe, possibilitando, por exemplo, uma rota turística internacional (e comercial), entre outras possibilidades (SILVA; TRINDADE JÚNIOR, 2013; BEAUDOUIN, RIEUBLANC; BOYER, 2011).

A respeito do turismo, Beaudouin, Rieublanc e Boyer (2011) assinalam que este constitui para ambos os territórios um potencial fundamental, em virtude de terem uma superfície florestal preservada, cultura ameríndia, folclore (carnaval), pesca e esportes aquáticos, variedades de ecossistemas, incluindo a foz do Rio Amazonas para o Amapá, praias, ecoturismo, além do patrimônio científico no caso da Guiana Francesa (Centro Espacial Guianês), para o desenvolvimento do qual é de extrema importância o Corredor Transfronteiriço, pelo menos enquanto possibilidade.

Já Cruz e Simonian (2012) assinalam o turismo como instrumento de desenvolvimento regional e como criador de dinâmica de ações de cooperação entre os países da Amazônia. Refletindo sobre esta temática, onde consideram o Amapá (e Belém-Pará) e a Guiana Francesa, os autores salientam que tanto as cidades do Amapá, sobretudo Macapá e Oiapoque, quanto as comunas da Guiana Francesa, sobretudo a de Caiena, se mostram relevantes no que tange ao turismo por três razões: porque possuem localização geográfica estratégica, porque, historicamente, têm estabelecido relações socioeconômicas e culturais, e, porque, na atualidade, mantêm essa relação, através dos acordos políticos e institucionais, além das relações secularmente mantidas por seus habitantes.

Neste mesmo contexto, Ferreira e Tavares (2012), salientam que o turismo se mostra com um elo importante, por possibilitar a viabilidade da acessibilidade e por elevar os índices de atratividades dos produtos turísticos nestas áreas de fronteira, promovendo o desenvolvimento da região que há muito se encontra isolada do contexto do turismo. Neste encalço, as autoras, evidenciam a cooperação internacional como um elemento fundamental para o turismo de fronteira. Contudo, para que tal aconteça, torna-se necessário que o Estado elabore planos e uma estratégia territori-

al de turismo levando em consideração as particularidades das fronteiras e o desenvolvimento sócio-espacial, par ao qual parece relevante o equacionamento do Corredor Transfronteiriço.

Superti e Silva (2015, p. 131), referindo-se à Amazônia como um todo (e suas áreas de fronteira), evidenciam que, além das questões de defesa nacional, esta “emerge com um espaço estratégico para a efetivação da integração de redes logísticas e técnicas”. Os autores apontam as fronteiras internacionais como peças-chave no processo de integração física, mas também pela abundância de recursos, objeto de interesse do grande capital e de redes internacionais.

O Amapá conta 8 dos seus 16 municípios na faixa de fronteira: Oiapoque, Laranjal do Jari, Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e Pracuúba (TOSTES, 2011; SILVA; TRINDADE JÚNIOR, 2013). Dentre estes, somente o Oiapoque possui sede na linha de fronteira, constituindo cidade gêmea com a cidade de Saint-Georges. Segundo Silva e Trindade Júnior. (2013), estas apresentam grande potencial de integração econômica e cultural, mas também constituem amostras condensadas dos problemas característicos da fronteira internacional.

Neste contexto de clara complexidade, José Alberto Tostes começou a refletir no que denominou de Corredor Transfronteiriço, com o intuito de estudar e entender as relações entre o Amapá e a Guiana Francesa e coadjuvar políticas públicas que favoreçam as sinergias entre estes territórios – as efetivas e as potenciais (TOSTES, 2011).

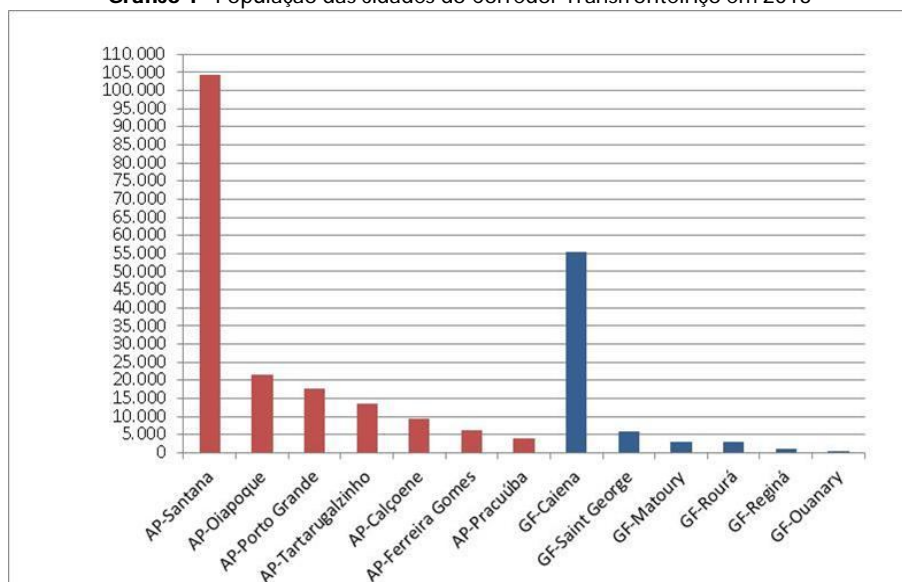
O Corredor Transfronteiriço é, assim, o *locus* de intercessão do conjunto de condições físicas, sociais, econômicas, diplomáticas, ambientais, espaciais, culturais e de infraestrutura que visam estabelecer relações e o seu entendimento entre o Amapá e a Guiana Francesa, em sua percepção local, regional, internacional e global. Compreende um vasto conjunto de infraestruturas e de interligações que vão de Santana a Caiena, passando pelo corredor rodoviário da BR 156 e a Transguianense, incluindo as questões ambientais, que permeiam tais elementos, e o conjunto de pequenas cidades posicionadas neste corredor (TOSTES, PELAES; JUALLINELI, 2013), condições essas sintetizadas na figura 1.

Figura 1 – Eixo central do Corredor Transfronteiriço



À exceção de Santana e Oiapoque, no Amapá, e de Caiena e Matoury, na Guiana Francesa, as cidades do Corredor Transfronteiriço têm menos de 20 mil habitantes, tratando-se de pequenas cidades, como se constata no gráfico 1. A respeito das cidades que envolvem este corredor, Superti e Silva (2015, p. 141) assinalam que elas "... representam o *locus* por excelência das múltiplas articulações comunitárias, das sedes das empresas voltadas à exploração dos recursos naturais, das forças de atração dos fluxos migratórios.". Do mesmo modo, continuam os autores "... são também o lugar de concentração de considerável parcela da população e dos mais agudos problemas sociais e ambientais", razões pelas quais elas são de cruciais para o entendimento e importância do Corredor Transfronteiriço.

Gráfico 1 – População das cidades do Corredor Transfronteiriço em 2013



Fonte: ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL (2013), população estimada pelo IBGE; INSEE (2013).

Santana assume importância crucial para o Corredor Transfronteiriço, uma vez que possui um porto de grande calado (SUPERTI; SILVA, 2015), se constituindo uma das principais portas de entrada e saída de mercadorias e divisas do Amapá e da região Amazônica (LIMA, 2013), e porta de entrada de muitos migrantes que chegam ao Amapá em busca de melhores condições de vida (AMORIM, 2016), inclusive com a pretensão de chegar à Guiana Francesa (GRANGER, 2008).

Sendo o calado do porto de Santana maior do que o de Caiena, o de Santana constitui a possibilidade de as mercadorias chegarem em navios maiores, diminuindo o custo do transporte, importante aliado para a dinâmica econômica de ambos os territórios, se integrados (LIMA, 2013; SUPERTI; SILVA, 2015). A este respeito, Granger (2008) observa que a cooperação econômica entre a Guiana Francesa e a restante América do Sul não é marcada por grandes êxitos, já que poucas mercadorias atravessam legalmente a fronteira, pelo menos oficialmente.

Macapá, capital do estado do Amapá, com população estimada de aproximadamente 465,5 mil habitantes, em 2016, (IBGE, 2016), assume-se com centro sub-regional, com capacidade de polarizar e influenciar um número significativo de cidades menores e articular relações de toda ordem. Como nos refere Santos (2012, p. 220), ela "... funciona como principal portão de entrada da Amazônia Setentrional Amapaense e para o acesso internacional às Guianas, em especial, para a cidade de Caiena, na Guiana Francesa".

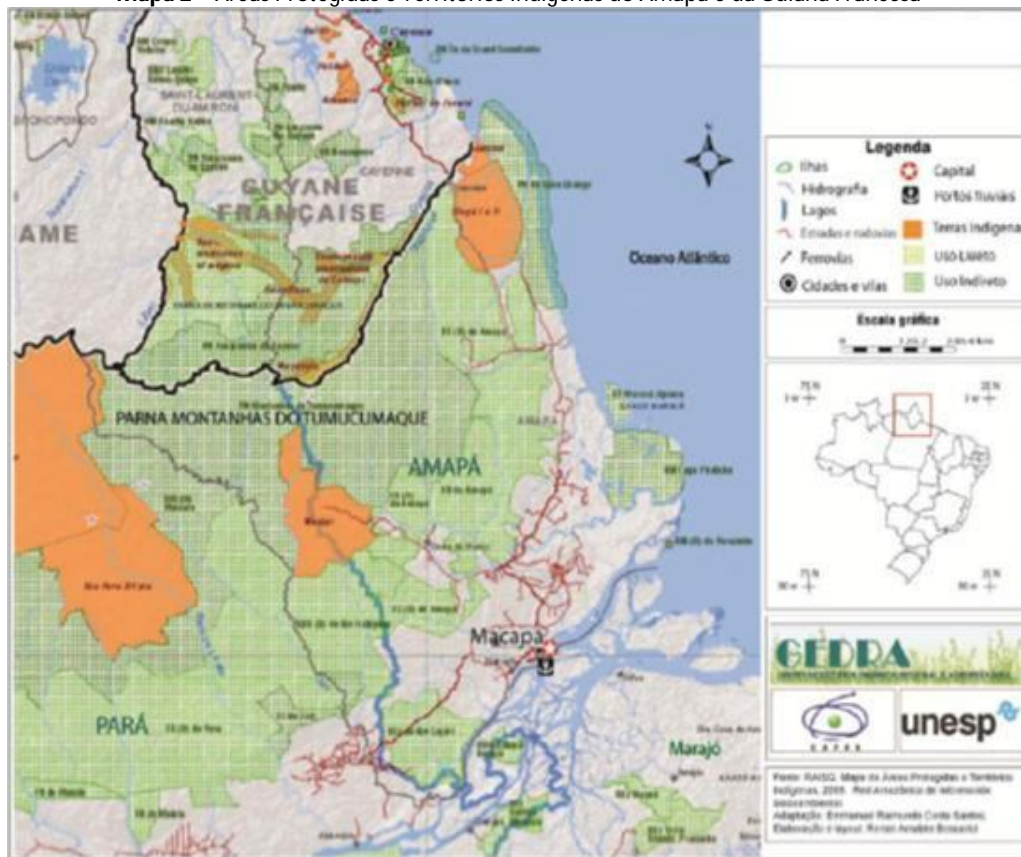
As rodovias BR-156 e a Transguianense são o eixo a partir do qual várias pequenas cidades se constituem e se interligam (figura 1). Quando completamente asfaltada, a primeira constituirá a espinha dorsal do corredor transfronteiriço, na parte do território brasileiro. Na parte do território guianense, essa função será efetivada pela segunda, antevendo-se a possibilidade de fomentar articulações de redes técnicas entre o Brasil, a Guiana Francesa e os outros países do Platô das Guianas (SILVA, 2009).

Neste sentido, a ponte binacional, construída sobre o rio Oiapoque, constitui o garante do fortalecimento destas relações, ao ligar o Brasil ao Departamento Ultramarino francês. O fato de não estar ainda operacional, desde 2010, quando foi concluída, tem levantado dúvidas, que geram, até ao momento, incertezas e expectativas goradas. Num futuro próximo constituirá um dos suportes para potenciar sinergias entre os dois países e promover as almejadas relações de comércio e intercâmbio cultural (SILVA, 2009).

Outro elemento importante neste corredor é a forte presença de população indígena de um lado e do outro da fronteira e a questão ambiental. A este respeito, Superti e Silva (2015) chamam à atenção para o fato de 10% do território amapaense ser protegido por demarcação de Terras Indígenas e 62% de áreas de proteção ambiental estadual, federal e privada. No lado da Guiana Francesa contam-se o Parque Natural Amazonien de Guyane, de proteção integral (2007), e terras indígenas, ambos totalizando mais de 3.400.000 ha, segundo Santos (2012). O mapa 2 mostra essa continuidade, no que concerne às áreas protegidas e territórios indígenas entre os

dois territórios.

Mapa 2 – Áreas Protegidas e Territórios Indígenas do Amapá e da Guiana Francesa



Segundo Silva e Trindade Júnior (2013), a existência de vários grupos indígenas e a questão ambiental fez com que o governo federal, no caso brasileiro, definisse áreas de restrição de uso dos recursos naturais e promovesse um processo de demarcação e regularização das terras indígenas, que envolvem boa parte da área de fronteira do Amapá. Os mesmos autores assinalam, ainda, a presença de territórios quilombolas, sobretudo no Oiapoque e em Calçoene. Estes dois elementos – existência de grupos indígenas e a demarcação de vastas áreas naturais protegidas –, que decorrem no seu uso restrito, são relevantes para o Corredor Transfronteiriço, mormente pela possibilidade de desenvolvimento do turismo, e porque, de algum modo, acabam podendo restringir algumas ações a desenvolver no Corredor ou mesmo pelas possibilidades de gestão conjunta.

Para esses autores, o Oiapoque se inclui em uma tipologia de interações do tipo capilar, uma vez que suas relações com a Guiana Francesa, fundamentalmente com Saint-Georges, ocorrem por um intercâmbio cotidiano, constituindo, na opinião dos autores, “... um exemplo de interação e integração de natureza mais espontânea” (SILVA; TRINDADE JÚNIOR, 2013, p. 51).

Outro importante elemento assinalado por Superti e Silva (2015) é o fato de o A-

mapá, ao explorar seu potencial estratégico, aprofundar sua vinculação com as redes internacionais e com o grande capital, mesmo que isso não elimine sua condição periférica (ver SILVA, 2009). O objetivo é tornar o Amapá competitivo no cenário mundial, como fornecedor de *commodities* (e consumidor de produtos industrializados), mediante a criação de um corredor de exportação (GRANGER, 2008; SUPERTI; SILVA, 2015), assinalando, mais uma vez, seu caráter estratégico.

Assim, pelas características e elementos assinalados se entende que o Corredor Transfronteiriço se constitui algo fundamental para o entendimento das relações entre o Brasil e a França, com implicações diretas para o Amapá e Guiana Francesa e suas relações atuais e futuras, sobretudo se entendidas nos âmbitos de suas interações e integração regional. As potencialidades, como se referiu, são enormes.

4 INTERAÇÃO E INTEGRAÇÃO ENTRE O AMAPÁ E GUIANA FRANCESA

Concretamente, se as interações com a Guiana Francesa são mais perceptíveis, pouco avançou no processo de integração. Um dos fatores que evidencia tal citação é a própria situação da ponte binacional e suas implicações como um nódulo, objeto técnico que vincula uma estrutura de ligação entre os dois lugares. A ponte foi construída e está concluída, contudo, toda a estrutura complementar no entorno ainda não está totalmente resolvida.

A Ponte Binacional e a BR 156 são importantes não apenas para o estado do Amapá, mas sem dúvida para consolidar as estruturas de redes técnicas e conexões com o Platô das Guianas, possibilitando transformações sobre ambos os territórios. O estado do Amapá é um dos únicos da federação que não têm circulação rodoviária além do seu território. A ponte binacional não é somente o nódulo de uma rede técnica regional, mas implica em uma mudança de cenário com conotações de natureza cultural, social e, principalmente, econômica, se consideradas as possibilidades de cooperação com os países do Platô das Guianas.

As implicações estão no descompasso e no fluxo de se estabelecer um comércio efetivo com o Platô das Guianas. A falta de conclusão da BR 156 no Amapá evidencia a fragmentação sobre como projetos considerados estratégicos para o país e para o desenvolvimento regional/local sendo tratados com a conveniência política. Outro fator importante a considerar é o que configura com propriedade o novo momento político externo que insere a Guiana, mas também expõem as querelas internas da região em resolver as pendências políticas com a Metrópole. Urge coibir a ilusão de uma sociedade que preserva a estrutura obsoleta, freando o processo natural de evolução, como é o caso da Guiana Francesa.

4.1 O contexto de reconstrução dos diálogos institucionais

A retomada do diálogo entre o Amapá e a Guiana Francesa, a partir da década de

1990, deixou para trás décadas de isolamento (GRANGER, 2008; NASCIMENTO, 2015). Esta foi motivada, principalmente, pelas vulnerabilidades na região de fronteira e passou inicialmente pela viabilização de uma cooperação transfronteiriça no campo político, econômico, cultural, técnico e científico (NASCIMENTO, 2015; SILVA, 2013). Para Silva e Rückert (2009, s/p), somente a partir do Acordo-Quadro, em 1996,

Ocorreu uma política efetiva de (des)envolvimento fronteiriço que pudesse trazer benefícios aos atores locais. A assinatura deste acordo se efetivou no mesmo ano em que os dirigentes do Mercosul e da União Europeia assinaram também um Acordo-Quadro de cooperação entre os blocos, o que mostra que a análise a partir das escalas geográficas de gestão e poder mostram que uma série de decisões convergem para determinados comportamentos políticos no território.

Após este Acordo-Quadro, segundo Fonseca (2008), diversas rodadas de negociações se sucederem entre Brasil/França, que, a partir daquele momento, passaram a contar com a presença de representações do Governo do Amapá e da Guiana Francesa. Como diz,

Neste cenário, destaca-se o “Primeiro encontro Transfronteiriço em Saint-Georges na Guiana Francesa (julho de 1996); as primeiras Consultas Transfronteiriças em Brasília-DF (setembro de 1997) e a reunião da Comissão Franco-Brasileira técnica-científica e cultural em Paris (novembro de 1997). No qual o Estado do Amapá e a Guiana Francesa aparecem pela primeira vez como integrante da cooperação. (FONSECA, 2008, p. 50).

Neste contexto, segundo Santana (2015, p. 12), “A cooperação transfronteiriça foi “amadurecendo” com o passar dos anos com reuniões e consultas”. Neste sentido, segundo a mesma autora, o Amapá contribuiu com 3 importantes obras: a ponte Binacional sobre o rio Oiapoque, a Pavimentação da BR156 e o Porto de Santana, de resto, com nenhuma ainda funcionando em pleno.

Uma outra questão, que interfere nos diálogos institucionais, e que ocorre de modo velado, por não ser alvo de discussão, e constitui um dos maiores problemas entre o Amapá e a Guiana Francesa, tem sido conter o número de brasileiros que chegam à fronteira, buscando perigosamente trabalho e melhoria da qualidade de vida em território francês (SANTANA, 2015). Como assinala Pinto (2008, p. 24), “Ao criminalizar a migração, a França não só vira as costas a um sério problema moral como esquece também de contradições regionais que ela mesma patrocinou ao longo da história na região.”.

Segundo Arouck (2000), o trânsito de brasileiros para a Guiana francesa tem como causa dois fenômenos sociais. Do lado do país de origem, as más condições macroeconômicas que se apresentavam no Brasil, a partir dos anos oitenta, acentuadas hoje com a crise econômica que vive o país, com ausência de políticas públicas, alta taxa

de desemprego e o desinteresse do governo brasileiro (SANTANA, 2015). Do lado francês, a ampliação do projeto aéreo espacial europeu (Base permanente de Kourou), marco econômico importante para o desenvolvimento da atividade de serviços e a própria cidade nos arredores do complexo, assim como o mercado da construção civil continuam a ser atrativos para estrangeiros.

4.2 Interação e os entraves ao processo de integração

Para Silva (2013) a fronteira franco-brasileira exhibe, neste século XXI, uma nova página em suas ações, mesmo que esse novo momento ainda seja frágil do ponto de vista das estruturas territoriais e dos acordos institucionais favoráveis a uma mudança de comportamento, que seja direcionado a um relacionamento transfronteiriço entre os dois países e que possibilite a solidez de ações de cooperação nas diferentes temáticas tratadas, mesmo que isso ainda não ocorra de forma substancial.

É perceptível, no entanto, que esta variação se manteve muito mais em intenções de cooperação. Em tal contexto, fica claro que vivemos um momento de expectativas. São expectativas de uma nova página nas relações transfronteiriças Brasil-França. O momento atual, com efeito, é marcado por ensaios desta cooperação transfronteiriça. Isto nos remete a um momento que está se estruturando ao que se denomina de *Proto-Cooperação*, uma espécie de protótipo de uma cooperação com resultados claros e substanciais, que possua estruturas voltadas eminentemente para a sua evolução.

Para o supracitado autor, a relação franco-brasileira possui algumas características que foram desenvolvidas. Em primeiro lugar, é importante registrar que as divisões administrativas da França e do Brasil são diferentes, destacando algumas formas para entender a gestão e as políticas territoriais para a Guiana Francesa, que é, ao mesmo tempo, um departamento e uma região, mas com alterações previstas nesta estrutura administrativa, em 2014, quando a Guiana Francesa se transformou em uma coletividade territorial com a fusão das duas estruturas.

Com a assinatura do Acordo-Quadro de cooperação entre BRASIL-FRANÇA a partir de (1996), bem como o memorando de entendimento na área de turismo entre os países, criou-se um ambiente diplomático favorável à intensificação da cooperação transfronteiriça. Entretanto, a perspectiva de integração regional requeria um considerável esforço por parte do Estado e da União na construção de infraestruturas, notadamente de transportes e energia (SUPERTI; SILVA, 2015).

A efetivação da Ponte Binacional foi valorizada e institucionalizada através da cooperação entre os governos do estado Amapá e da Guiana francesa, instrumentalizada também pela geopolítica estratégica e econômica, gerando novas perspectivas de interação e integração, que incluiria, pela primeira vez, a zona de fronteira (NASCI-MENTO, 2015). Isso ocorre em função da integração da América do Sul, fundamental para a inserção competitiva do Brasil no cenário internacional.

De acordo com Silva e Tostes (2011), o elo entre a ponte binacional e a estrutura-

ção da Rodovia BR156 implica em uma série de configurações no espaço geográfico do norte da América do Sul, a partir do Amapá. Todavia, muito embora na primeira década do novo milênio várias ações tenham sido desenvolvidas entre Brasil/França e Amapá e Guiana Francesa, que culminaram no avanço de várias frentes institucionais de cooperação, houve um conjunto de entraves da mesma ordem de grandeza, que sempre dificultaram maiores avanços (SILVA, 2013; SANTANA, 2015).

Os entraves são de vária ordem, alguns dos quais já assinalados, como a dificuldade de colocar a ponte Binacional sobre o rio Oiapoque a funcionar. Neste contexto, Silva (2013) assinala diversas dificuldades, entre as quais evidencia o enquadramento ambiental, a descoberta de um sítio arqueológico, problemas de logística, a construção de uma estrutura aduaneira no lado brasileiro e a implicação da ponte sobre os rendimentos da elite guianense, já que a concorrência dos produtos da Guiana Francesa, oriundos majoritariamente da França, com o Brasil "(...) traria muitos problemas, pois os produtos deste país teriam menos custos de transporte a partir do Estado do Amapá, como é o caso da exportação de produtos alimentícios" (SILVA, 2013, p. 150).

O mesmo autor destaca entraves ligados à cooperação em ciência e tecnologia, com diversas dificuldades, ao comércio entre empresas, com diversos de obstáculos para desenvolver o comércio transfronteiriço (SILVA, 2013). Já Santana (2015) assinala entraves como a migração, o garimpo, o tráfico de armas e drogas, a falta de infraestrutura, na maioria das vezes, devida à falta de políticas públicas, principalmente do lado brasileiro, revelando falta de comprometimento do governo brasileiro com aquela região.

Ao apresentar as características gerais da estrutura econômica do Amapá e da Guiana Francesa, Beaudouin, Rieublanco e Boyer (2011) indicam um outro aspecto que poderá constituir, pelo menos por enquanto, um entrave, que é o direcionamento de suas economias: a Guiana Francesa, mormente direcionada para a Europa, em particular com o restante território francês; o Amapá voltado para o Estados Unidos e a China (os dois parceiros fornecem 65,5% das importações e recebem 59% das exportações).

4.3 Novos cenários para a realização da integração efetiva entre o Amapá e a Guiana

Para Superti e Silva (2015), o cenário amapaense, na perspectiva de integração no Escudo das Guianas, tem de ser considerado na confluência de alguns aspectos. O primeiro deles, uma nova dinâmica econômica, que incide no acirramento do mercado das terras e na abertura de áreas com cultivos agrícolas para exportação. O Segundo, um novo ritmo das relações comerciais com os mercados internacionais com densidade para minérios. O terceiro, os produtos do extrativismo vegetal, onde o Amapá tem tradição histórica de exportação. Do mesmo modo, assinalam que novas

expectativas se formam com a possibilidade de exploração de petróleo na costa litorânea do Amapá.

A fronteira setentrional não está restrita somente à conexão física com a América do Sul. A proximidade com a Guiana Francesa, além de possibilitar alguns acordos de cooperação entre Brasil e França, permite para o Brasil a interação com a zona do Euro, a conexão com o espaço da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a vinculação com uma área científica de ponta (estação espacial de Kourou) (SUPERTI e SILVA, 2015). Para os autores, é sugestiva, ainda, uma aproximação através da ciência entre Amapá e Guiana Francesa, com o financiamento binacional de projetos de pesquisa.

Segundo Superti e Silva (2015), a efetivação da Ponte Binacional abre possibilidades concretas para o desenvolvimento econômico e social do município de Oiapoque, principalmente do potencial turístico. Por outro lado, as políticas públicas em área transfronteiriça não vislumbram a inserção de mecanismos de desenvolvimento urbano em escala local. Estas só serão viáveis através de políticas estruturais socioeconômicas no contexto regional e do lugar, sem as quais a cidade de Oiapoque e Saint-Georges serão apenas rotas de passagem.

As distintas conexões com a América do Sul deverão ser fortalecidas através de interesses conjuntos, no que tange à circulação de mercadorias, reflexos de diretos fatores econômicos. A junção de esforços e interesses poderá ocorrer a cargo da iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), em sintonia com os planos governamentais como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Brasil, e, quem sabe, com outros acordos integrados com a França/Guiana Francesa, a exemplo do programa INTERREG IV / PO Amazonie.

No contexto geopolítico brasileiro estão localizadas no Amapá as chamadas obras importantes, embora a constituição de redes de circulação no estado seja ainda muito precária. Estratégias de desenvolvimento, ligadas às infraestruturas (rodovias, ferrovias, portos, hidrelétricas) cobrem poucas faixas do território estadual que sempre estiveram vinculadas a grandes interesses.

A Ponte Binacional, a BR-156 e o porto de Santana são importantes não apenas para o estado do Amapá, mas para consolidar estruturas de redes técnicas e conexões com o Platô das Guianas, possibilitando transformações sobre ambos os territórios. A ponte binacional não é somente o nódulo de uma rede técnica regional, mas implica uma mudança de cenário com conotações de natureza cultural, social e principalmente econômica, se consideradas as possibilidades de cooperações com países do Platô das Guianas.

Silva e Tostes (2011) destacam que irá ocorrer a instalação de um sistema de engenharia (portos; aeroportos; rodovias; sistemas de telecomunicação entre outros), facilitando a integração regional a partir da concepção de fronteira como um sistema aberto, lugar de encontro e cooperação. Serão concretizados os anseios de franceses e brasileiros na possibilidade de aproximação com mais acordos comerciais, transfe-

rências tecnológicas e gestão compartilhada de conhecimentos e uso da biodiversidade tropical.

Será efetivada a conexão rodoviária entre as capitais Macapá e Caiena, facilitando a circulação de mercadorias e capitais entre essa região transfronteiriça e mercados mais alargados. Do mesmo modo, assume particular relevância a configuração estruturada da rodovia transguianense, via de circulação que compreende uma rede técnica que vai de Macapá até Boa Vista, passando por faixas do território da Guiana Francesa, Suriname e República Cooperativa da Guiana.

4.4 O futuro da integração transfronteiriça através das rodovias

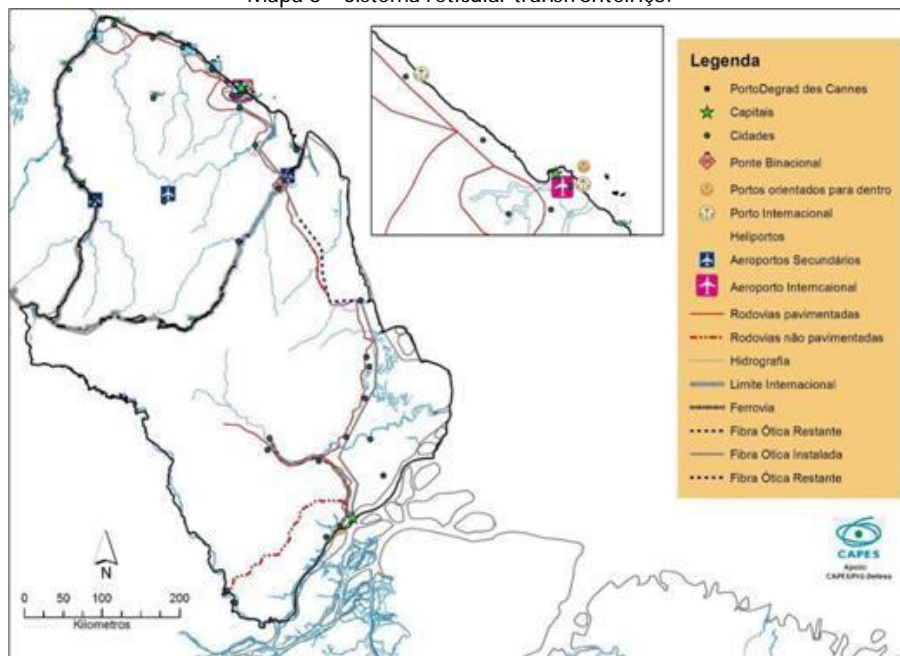
A BR 156 começou oficialmente a ser construída no ano de 1945. Contudo, a retomada da pavimentação começou com mais intensidade a partir da década de 1990. São muitas as adversidades, sendo uma das maiores a falta de um trecho para conclusão no eixo norte em direção a Guiana. Muito dos entraves ocasionados tem diferentes avaliações por parte das esferas governamentais. Entre as dificuldades existentes estão as medidas compensatórias para as comunidades indígenas, a devolução de recursos sem conseguir a operacionalidade dentro do prazo legal previsto. Deve-se ressaltar que a BR 156 não se restringe somente ao trabalho de pavimentação, é uma das rodovias no Brasil com o maior número de pontes em estruturas de concreto construídas e em construção, razão que dificulta sua conclusão.

A Rodovia Transguianense é uma obra recente que passou a interligar a capital, Caiena, à fronteira com a cidade de Saint Georges. Os trechos asfaltados no lado guianense estão concluídos com todos os serviços de infraestrutura, sendo o trajeto até à capital Caiena de, aproximadamente, 230 km. Pelo fato de ser um trecho relativamente curto, não foi adotado outros serviços de infraestrutura e apoio logístico.

Para Silva (2013), as ligações rodoviárias principais estão situadas no litoral (Saint-Georges-D'Oyapock/Saint-Laurent-Du-Maroni), às quais se acrescentam estradas ou pistas anexas para servir os municípios isolados. O desejo de vincular por estrada a capital Caiena ao conjunto de cidades da Guiana Francesa é uma vontade política local recorrente desde sua departamentalização, acelerada na década de 1980 com a criação da autoridade regional responsável pelo ordenamento do território. Esta situação fornece um papel histórico para o eixo rodoviário da Guiana Francesa, que, diferente da BR 156 e da BR 210 no Amapá, estando na origem de sua organização espacial.

A Route Nacional 1 (RN1), foi iniciada em 1907 e chegou a Saint-Laurent-du-Maroni em 1960, tendo sido completamente pavimentada em 1977. A ponte sobre o rio Larivot, que permite ligar Caiena a Kourou, foi inaugurada em 1976, fortalecendo a conexão da capital com o extremo Oeste. Por outro lado, a Route Nacional, que atualmente liga Caiena a Saint-Georges-de-l'Oyapock, chegou ao rio Approuague em 1978, e a Saint-Georges-de-l'Oyapock em 2003 (BOUDOUX D'HAUTEFEUILLE, 2009).

Mapa 3 – Sistema reticular transfronteiriço.



Fonte: Silva (2013).

Segundo Silva (2013) as conexões físicas entre Caiena e Macapá, passando por diversas cidades de ambos os lados da fronteira, demonstram essa capacidade de organização do território por meio das redes técnicas, uma das dimensões das redes geográficas relevantes. Registre-se que, segundo Egler (2007; 2011), as redes técnicas constituem um capítulo relevante em economia e também na política dos Estados, na medida em que são submetidas a um “quase monopólio natural” por parte daqueles que detém o seu controle e isso é relevante para pensar o uso do território na fronteira franco-brasileira.

Silva (2013) afirma que ainda é relevante salientar que os usos econômicos atuais, tanto da Guiana Francesa quanto do Amapá, dificultam o desenvolvimento de indústrias de transformação na sua estruturação, em razão da população reduzida e de boa parte de seus territórios serem, como já mencionado, “espaços de restrição” para o avanço de atividades econômicas.

O futuro da integração transfronteiriça passa pela ampla possibilidade de uso do porto de Santana no estado do Amapá. Silva (2013) ressalta que as principais qualidades do porto de Santana são sua localização privilegiada próxima aos mercados da Europa Ocidental e América do Norte, e seu calado profundo, em torno de 11 metros. Sua posição geográfica reduz em cerca de 20% os custos com deslocamento, se compararmos aos custos dos principais portos do Brasil, como o de Santos (SP) e Sepetiba (RJ), por exemplo. Além disso, é o porto brasileiro mais próximo da Guiana Francesa, e seu calado muito superior ao de *Degrad-des-Cannes* (apenas 3 metros comparados aos 11 do porto de Santana), necessitando de dragagens constantes ao contrário do primeiro, cuja profun-

didade é permanente.

As relações de trânsito entre Oiapoque e Saint Georges, cidades gêmeas, vêm se tornando cada vez mais conflituosas e tensas, por conta das atividades clandestinas existentes na região e da forma repressiva, por parte das autoridades guianenses, com a expulsão de brasileiros.

Tendo em vista que o Corredor Transfronteiriço tem como espinha dorsal as duas rodovias (BR 156 e Transguianense), percebe-se que um dos maiores entraves para a sua efetivação tem sido a lentidão e morosidade dos governos brasileiro e amapaense na finalização da pavimentação da BR 156.

A situação das cidades do corredor e seus níveis de integração e conectividade, envolvidas no limite territorial das rodovias BR 156 e Transguianense, apresenta-se como limitação, haja visto que estas não possuem instrumentos de planejamento e gestão que auxiliem no desenvolvimento como planos urbanos, setoriais ou algum tipo consorciado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas e de níveis diferentes são as interações entre o Amapá e a Guiana Francesa e enorme o esforço de integração entre estes territórios de fronteira. Neste sentido, o fortalecimento das relações entre Brasil –França (Amapá e Guiana) passa por uma substancial mudança de comportamento de ambos os lados, em reconhecerem que possuem pontos em comum. São realidades periféricas e distantes do centro de decisão, e, portanto, a evolução de um ou de outro passa por se assumirem através das identidades locais.

Os níveis de integração poderão ocorrer em breve e com uma relação de proximidade maior do que existe na atualidade. Existem os meios para serem resolvidos os entraves básicos, sendo que um deles diz respeito ao acesso. Não é interessante, para ambos os lados, apenas uma carta de “livre trânsito” somente entre as cidades de Oiapoque e Saint George, que limitaria fortemente o processo de integração.

O Corredor Transfronteiriço entre o Amapá e a Guiana Francesa assume particular relevância nas interações e melhoria dos níveis de integração presente e futura. Ele tem aspectos vinculados diretamente às redes técnicas já existentes entre ambos os lados, e possibilitará, a médio prazo, alterações e mudanças substanciais na paisagem das pequenas cidades situadas ao longo do trajeto das rodovias BR 156 e Transguianense.

Para se avançar na integração através do Corredor Transfronteiriço, um dos aspectos importantes está relacionado ao desenvolvimento de infraestrutura e logística por parte do estado do Amapá. Nesta direção, há uma evidência de que os projetos estruturantes estão a caminho, o que facilitaria, em tese, parte do processo, mas, por enquanto, são mais visíveis as questões secundárias que vêm ocorrendo nos últimos anos.

Os investimentos complementares em relação à Ponte binacional e a finalização da pavimentação da BR 156 são imprescindíveis para que se concretize a perspectiva que se encontra mais no campo teórico e abstrato do que efetivamente em ações reais que possam estabelecer uma dimensão futura mais coerente e objetiva. Outro fator importante é que os projetos de ambos os lados considerem de forma mais efetiva o diálogo institucional de participação recíproca.

Para existir uma cooperação ditada por um conjunto de leis de mercado, é necessário ir além do contexto atual das redes de conexão e questões geopolíticas. Há que trazer para a discussão também temas relacionados à dimensão local, sobretudo entender a importância das pequenas cidades do Corredor e seu desenvolvimento a partir do mesmo. Defende-se a cooperação equitativa para integrar os olhares e as representações recíprocas. Portanto, as redes estruturantes através do Corredor Transfronteiriço permitem idealizar uma nova configuração econômica entre ambas as regiões, bem como a reorganização espacial de ambos os territórios.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, João Paulo. *Organização espacial da sub-região de Macapá, na Amazônia Setentrional Amapaense (1990 – 2015)*. 145 fls. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016.
- ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL. *Estimativa da população para 2013 – IBGE*. Rio de Janeiro: ATM/TEC, 2013. Disponível em: <http://www.oim.tmunicipal.org.br/abre_documento.cfm?arquivo=_repositorio/_oim/_documentos/56F31371-ECEF-93AF-85BE3B090A9985B110092013012619.pdf&i=2481>. Última Consulta em: 20 de out. 2016.
- AROUCK, Ronaldo. Brasileiros na Guiana Francesa. Novas Migrações internacionais ou exportação de tensões sociais na Amazônia? *Lusotopie*, p. 67-78, Maio de 2000.
- BEAUDOUIN, Morgane; RIEUBLANC, Eve; BOYER, Sandie (Coord.). *Guiana Francesa – Amapá: Melhor estruturar os territórios para intensificar os intercâmbios*. Tradução R. Laurent. Sage: Guyana280, 2011.
- BOUDOUX HAUTEFEUILLE, Madeleine. A fronteira num jogo de poder multiescalar: a França, a Guiana e a ponte sobre o Oiapoque. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, nº 2, p. 1-17, dezembro de 2009.
- CHELALA, Charles A. *A Magnitude do Estado na Socioeconomia Amapaense*. Rio de Janeiro: PUBLIT soluções editoriais, 2008.
- CRUZ, Silvia Helena Ribeiro; SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. Turismo na Amazônia brasileira e francesa: por uma cooperação internacional. *Anais do 5º Congresso Latino-Americano de Investigação Turística*, São Paulo, 2012.
- EGLER, Cláudio Antônio Gonçalves. A Formação da Rede Urbana na América do Sul. In: *Anais do IX Encontro Nacional ANPEGE*, 2011, Goiânia. Goiânia: ANPEGE, 2011, p.

1-9.

_____. Energia e conflitos territoriais na América do Sul: uma visão geoeconômica. In: *Anais do VII Encontro Nacional da ANPEGE*, 2007, Niterói. São Paulo: ANPEGE, 2007.

FERREIRA, Gisele Elaine da Silva; TAVARES, Maria Goretti da Costa. Turismo de Fronteira: em Criação e Construção. *Anais do VI Encontro Nacional da ANNPAS*, 2012, Belém-PA. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT1-766-503-20120715114502.pdf>. Última consulta em: 20 out. 2016.

FONSECA, Jean S. *Dinâmica territorial da fronteira Amapá: Guiana Francesa sob a influência da integração: 1995 a 2007*. 2008. 78f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ – GEA. *Contas regionais – PIB do Amapá*. Macapá: SEPLAN/ COPESEF/ Núcleo de Estatística, 2015.

GRANGER, Stéphane. Guiana Francesa, um território europeu e caribenho no caminho da sul- americanização? *Revista Eletrônica Ateliê Geográfico*, Vol. 2, nº 2, p. 156-168, Goiânia, ago/2008.

INSTITUT D'EMISSION DES DEPARTMENTS D'OUTRE-MER – IEDOM. *Guyane: Rapport annuel 2015*. Paris: IEDOM, 2016. Disponível em: http://www.iedom.fr/IMG/pdf/ra_2015_iedom_guy_pour_menl.pdf. Última Consulta em: 29 out. 2016.

_____. *Guyane: Rapport annuel 2013*. Paris: IEDOM, 2014. Disponível em: <http://www.iedom.fr/IMG/pdf/ra2013_guyane_avec_liens_sommaire.pdf>. Última Consulta em: 29 out. 2016.

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE E DES ÉTUDES ÉCONOMIQUES – INSEE. *Recensements de la population 2013*. Populations légales des communes en vigueur au 1er janvier 2016. Disponível em: <<http://www.insee.fr/fr/ppp/bases-de-donnees/recensement/populations-legales/france-departements.asp?annee=2013>>. Última Consulta em: 29 out. 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Amapá»Macapá»informações completas, 2016*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=160020&idtema=130&search=amapa|macapa|estimativa-da-populacao-2015->>>. Acesso em: 03 jan. 2016.

_____. *Estados@»Amapá»Contas regionais do Brasil, 2013*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ap&tema=contasregionais2013>>. Acesso em: 03 jan. 2016.

LIMA, July Francisca Alcolumbre. *Cidades de Santana (AP) e Caiena (GF): um estudo comparativo sobre a concepção de planejamento urbano – 2000-2011*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal do Amapá, Macapá.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. *Download de dados geográficos*. Disponível em: <http://mapas.mma.gov.br/i3geo/datadownload.htm>. consulta em: 17 de out. de 2016.

- NASCIMENTO, Durbens Martins; COUTO, Aiala C. O. Estado fronteira e redes na Amazônia: uma contribuição ao debate. In: PORTO, Jadson Luís Rebelo; NASCIMENTO, Durbens M. (Orgs.). *Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: Novas construções, novas Territorialidades*. Rio de Janeiro: Publit, 2010. P. 17-44.
- NASCIMENTO, Hugo Gabriel Lima. *A cooperação transfronteiriça entre Brasil e França na Amazônia e a ponte sobre o rio Oiapoque*. 122 fls. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- NDOUNG, Nathalie et al (s/d). *O futuro da energia renovável para a Guiana Francesa*. Disponível em: <<http://www.alem-do-amazonas.com/artigo/sociedad/o-futuro-da-energia-renovavel-para-a-guiana-francesa/>> Acessado em: 15 de jun de 2015.
- PINTO, Daniela Gomes; COSTA, Marco Aurélio, MARQUES, Maria Luiza de Aguiar (Coord.). *O Índice de Desenvolvimento Humano municipal brasileiro*. Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.
- PINTO, Manoel de Jesus de S. *O fetiche do emprego: um estudo sobre relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa*. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- PORTO, Jadson Luís Rebelo. Expectativas da fronteira da Amazônia Setentrional: a busca pela interação do Platô das Guianas. In: PORTO, Jadson L. R.; NASCIMENTO, Durbens Martins. (Orgs.). *Dinâmicas periférico-estratégicas da fronteira da Amazônia Setentrional: das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial*. Rio de Janeiro: Publit, 2013. p. 165-183.
- _____. A Condição Periférico-Estratégica da Amazônia Setentrional: A inserção do Amapá no Platô das Guianas. In: PORTO, Jadson Luís Rebelo; NASCIMENTO, Durbens Martins. (Orgs.). *Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: Novas construções, novas territorialidades*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Publit, 2010, p. 139-160.
- PORTO, Jadson Luís Rebelo; NASCIMENTO, Durbens Martins (Orgs.). *Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: Novas construções, novas territorialidades*. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, vol. 1, 2010.
- PORTO, Jadson Luís Rebelo; SILVA, Gutemberg de Vilhena. De periferia a espaço estratégico: a construção da condição fronteira amapaense. *Anais do 7º Workshop APDR Frontiers and Regional Development*. XXXVI Reunión de Estudios Regionales, Badajoz-Elvas, v. 1, 2010.
- SANTANA, Natália Serra Penafort. *Cooperação Brasil – França através da fronteira Amapá – Guiana Francesa: avanços e entraves*. 58 fls. 2015. Monografia (Curso de Relações Internacionais), Faculdade de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais do Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2015.
- SANTOS, Emmanuel Raimundo C. *Amazônia Setentrional Amapaense: do “mundo” das águas às florestas protegidas*. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

SANTOS, Paula Gabriele Sena dos. *A (ultra)periferia do Platô das Guianas: novos planejamentos para novos usos da fronteira Amapá-Guiana francesa (1992-2012)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá.

SILVA, Ana Regina Ferreira; TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. Pensando a diferenciação socioespacial na Amazônia: a sub-região fronteira internacional dos estados do Pará e Amapá. In: PORTO, Jadson Luís Rebelo; NASCIMENTO, Durbens Martins. (Orgs.). *Dinâmicas periférico-estratégicas da fronteira da Amazônia Setentrional: das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial*. Rio de Janeiro: Publit, 2013. P. 31-65.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. *A cooperação transfronteiriça entre Brasil e França: ensaios e expectativas neste século XXI*. 261 fls. 2013. Tese (Doutorado em Ciências – Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. A integração física sul-americana. Redes técnicas, território e a escala de ação nos Planalto das Guianas. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Breino; CARVALHO, Guilherme (Orgs.). *O Plano IIRSA a visão da sociedade civil Pan-amazônica*. Belém: Actionaid, 2009, p. 213-248.

SILVA, Gutemberg de Vilhena et al. La géopolitique de l'Union Européenne pour les régions ultrapériphériques : Assimilation, fragmentation et rôle de la Guyane française dans son contexte régional. *Revista Confins*, nº 26, 2016.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; RÜCKERT, Aldomar A. A fronteira Brasil-França. Mudança de usos político-territoriais na fronteira entre Amapá (BR) e Guiana Francesa (FR). *Revista Confins*, nº 7, p. 1-21, 2009.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; TOSTES, José A. Objetos técnicos que reconfiguram uma realidade periférica: notas sobre a organização do espaço amapaense vista pela ótica das redes técnicas. *Anais do XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR*. Rio de Janeiro, 2011.

SOEIRO, Thiago. *Amapá exportará energia para outros estados do Brasil*. Disponível em: <<http://portalamazonia.com/noticias-detalle/editorias/amapa-exportara-energia-para-outros-estados-do-brasil-diz-presidente-da-cea/?cHash=9e1d8328cc9f97e61fd225680bcc77fd>>. Publicado em 10 de jul. 2012. Acessado em: 01 jul. de 2016.

SUPERTI, Eliane; SILVA, Gutemberg V. Integração Internacional e Políticas Públicas de Defesa e Segurança na Fronteira Setentrional Amazônica: Reflexões sobre a condição fronteira amapaense. *Revista Intellector*, Vol. XI, nº 22, p. 129-147, janeiro/junho, 2015.

TOSTES, José Alberto; PELAES, Fátima Maria Andrade; JUALLINELI, Anna Rachel Baracho Eduardo. Amapá e Guiana Francesa: Novos usos e transformações na faixa de fronteira. *Anais do Encontro nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Planejamento Urbano Regional – XV ANPUR*, Vol. 15, Rio de Janeiro: ANPUR, 2013, p. 1-19.

_____. *Transformações urbanas das pequenas cidades amazônicas (AP) na faixa de fronteira setentrional*. Rio de Janeiro: Publit, 2011.

UNITED NATIONS – DEPARTMENT OF ECONOMICS AND SOCIAL AFFAIRS. *World Population Prospects: The 2015 Revision*. 2016. Disponível em: <https://esa.un.org/unpd/wpp/Download/Standard/Population/>. Consulta em: 28 out. 2016.

WESLEY, Maria Helena de Amorim. Fronteiras transnacionais, territórios cibernéticos e os impactos na cultura e na soberania nacional. *Anais do Seminário Soberania Nacional e Relações Internacionais*, Rio de Janeiro, 2012.

Artigo recebido em 21 de setembro de 2016.

Aprovado em 16 de novembro de 2016.